

Crescemos mal e de forma demasiada

Por trás da enorme dívida pública dos países desenvolvidos, existe um problema de desigualdade na distribuição da renda, que está se convertendo numa questão crucial para o sistema econômico capitalista

Luigino Bruni*

O atual cenário de crise financeira internacional deve levar-nos a refletir profundamente sobre a excessiva contração de dívidas do sistema capitalista. Em 2009, o que a grande operação norte-americana de salvamento dos bancos fez, essencialmente, foi transferir a dívida do setor privado para o setor público, sem resolver as verdadeiras causas do problema que se encontram no progressivo empobrecimento e endividamento da classe média mundial.

Por trás da enorme dívida pública, existe um problema de desigualdade na distribuição da renda, que está se convertendo numa questão crucial para o sistema econômico capitalista. No segundo semestre de 2008, quando a crise estava prestes a explodir, a quota do PIB nas mãos de 1% dos mais ricos da população dos Estados Unidos alcançou seu ponto mais alto, ocorrendo exatamente o mesmo que havia acontecido em 1928, nos albores da quebra da Bolsa de Nova York, como nos recorda Robert Reich no seu recente livro "Aftershock: The Next Economy and America's Future" ("Após o choque: a economia seguinte e o futuro da América", numa tradução livre). Quando a classe média empobrece em relação à classe alta, a tendência é endividar-se muito porque, diferentemente do que ocorria em 1929, atualmente o sistema financeiro propõe e promete receitas mágicas para manter ou aumentar, com a dívida, o nível de consumo.

Em décadas anteriores, a atitude diante da desigualdade era ambivalente. Uma parte da opinião pública e dos especialistas viam-na como um fenômeno essencialmente transitório, um preço que deveria ser pago unicamente nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, como metaforicamente explicava o economista alemão Albert Hirschman, com a imagem do túnel: quando estamos parados no túnel devido a um obstáculo, se a fila de lado começa a se mover,

podemos deduzir que também a nossa se desbloqueará logo. Já outras teorias apontavam que a desigualdade teria a forma de "U invertido", crescendo no princípio e diminuindo depois, nas fases maduras do capitalismo.

A história recente do Ocidente mostra-nos que nos últimos 25 anos a desigualdade voltou a aumentar. Como isso pôde acontecer? Os economistas erraram em suas previsões? Na realidade, apareceu um fator inédito que é a natureza financeira nesta nova fase de desenvolvimento do

“Sem criarmos a base para um novo pacto social não teremos energia para relançar o crescimento, reduzir a dívida pública e construir um sistema econômico melhor”

capitalismo mundial, que coloca em crise a própria teoria ou ideologia do livre mercado. Quando o timão do sistema econômico (e político) passa para as mãos das finanças especulativas (nesse caso o adjetivo é importante, já que nem todas as finanças são iguais), entram em crise alguns dos pilares do liberalismo, incluindo a capacidade do mercado de garantir o crescimento econômico. E isso acontece, pelo menos, por três razões.

A primeira está relacionada com o tipo de riqueza gerada pela especulação financeira. A regra de ouro da econo-



Stockxpert

mia de mercado “normal” (ou seja, quando as finanças são subsidiárias à economia real) é o benefício mútuo das partes que negociam. Porém, quando estamos lidando com as finanças especulativas, muitas vezes a regra é a do “jogo de soma zero”, como no pôquer: uns ganham e outros perdem. Isso quer dizer que esse modo de lidar com as finanças, em vez de criar nova riqueza, desloca-a (especialmente jogando com o tempo) de alguns sujeitos para outros.

Em segundo lugar, muitas vezes ocorre, sem querer fazer generalizações, o que temos visto acontecer com as apostas de futebol: alguns jogadores (grandes fundos) apostam no resultado dos jogos (valor futuro de títulos) e, depois, disputam a partida de forma que as suas previsões se realizem.

Por fim, este tipo de capitalismo “turbo-financeiro” produz naturalmente elevada desigualdade porque, graças à globalização da tecnologia e da força de trabalho, paga cada vez menos aos trabalhadores com funções secundárias (operários, empregados, prestadores de serviços), que são a maioria da classe média; enquanto paga escandalosamente bem aos poucos superespecialistas (técnicos e gestores), que são capazes de aumentar exponencialmente os lucros das suas finanças.

Porém, num sistema econômico que enriquece poucos e empobrece a classe média, que representa mais da metade da população mundial (sem falar dos verdadeiramente pobres, que é uma questão ainda mais crítica), o vínculo social que se baseia, entre outras coisas, na igualdade econômica alcançada, corre o perigo de dissolver-se, essencialmente, por falta de “demanda” (não só de equidade).

Vale ressaltar que o aumento da renda nas classes B e C se traduz imediatamente num maior consumo e no

crescimento do PIB, enquanto que, quando aumentam os rendimentos daqueles de maior renda, os efeitos sobre o consumo e o crescimento são muito inferiores. Além disso, percebemos que, quando os trabalhadores empobrecem em relação a outros grupos sociais, a desigualdade se converte diretamente num fator de crescimento (ou de recessão). Consta-se, assim, que não é suficiente a retórica de aumentar “o tamanho do bolo” antes de pensar nas fatias, já que, por um lado, o aumento do bolo pode ser somente aparente e, por outro, o consumo excessivo e o esbanjamento dos “grandes consumidores de bolos” gera indigestão também com as fatias cada vez menores para os demais.

Se analisarmos a certa distância o nosso sistema capitalista, a primeira e forte impressão é que crescemos mal e de forma demasiada.

O instrumento para retornar ao equilíbrio das relações econômicas não se chama esmola nem filantropia, mas sistema fiscal. E isso interessa a todos. De fato, sem criarmos a base para um novo pacto social não teremos energia para relançar o crescimento, reduzir a dívida pública e construir um sistema econômico melhor.

Para concluir, faço minhas as palavras de Robert Reich, quando afirma que conseguiremos mudar “o curso que hoje ameaça as nossas economias e as nossas democracias. Conseguiremos fazer isso porque essa inversão interessa a todos, inclusive àqueles que em nossa sociedade possuem altos níveis de poder e de riqueza. O desafio é nosso e de nossos filhos. É o maior desafio econômico que temos diante de nós”.

O autor é professor de economia e presidente da comissão internacional da Economia de Comunhão